

No Brasil há excesso de cesarianas

Ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil não enfrenta o problema de cirurgias desnecessárias na área da cardiologia, pois o número de operações nessa especialidade é até inferior às necessidades de pacientes. No País, a distorção se configura em relação às cesarianas, cujos índices crescem a cada ano, embora na maioria dos casos os bebês possam nascer de parto normal.

Na opinião do secretário da Saúde, José Aristodemo Pinotti, o abuso da cesariana no Brasil chega a caracterizar crime. Como ginecologista, Pinotti explica que a cesariana deveria ser exceção, pois é "uma operação salvadora em casos de sofrimento agudo do feto ou de estreitamento pélvico".

Apesar de esse tipo de intervenção ser indicado para apenas 15% a 25% das gestações, no Brasil o índice chega a quase o dobro, com sérios riscos de saúde para a mulher e o feto. A mãe pode sofrer complicações anestésicas e acidente operatório ou infeccioso, enquanto o bebê fica exposto às consequências nocivas do nascimento prematuro por erro em relação à idade do feto.

Segundo o secretário da Saúde, o parto cirúrgico é usado em grande número de casos para permitir a ligação das trompas, que impede novas gestações. Ele cita uma pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que indica que 80% das mulheres com trompas ligadas fizeram a intervenção através de cesariana e 75% tiveram de pagar por fora para ser esterilizadas.

O problema é tão sério que a Federação Nacional dos Médicos decidiu fixar o mesmo valor (NCzs 186,05) para parto normal e cesariana, na tabela de honorários da entidade. É uma tentativa de impedir que o fator econômico prevaleça no momento da escolha do tipo de tratamento. Mas a questão não foi resolvida, porque há outros interesses envolvidos, como o do hospital, que cobra mais quando há uso da sala de cirurgia, e o do médico, que prefere uma cesariana programada, em vez de ser acordado de madrugada para um parto às vezes prolongado.